

ASSEMBLÉIAS DE BAIRRO NA ARGENTINA: OS LAÇOS DA MEMÓRIA

Adriana Marcela Bogado¹

RESUMO:

Neste texto apresentamos algumas ações das Assembléias de Bairro, surgidas na Argentina após os *panelaços* de dezembro de 2001, que tomam como eixo de trabalho a memória da ditadura militar. Os/as assembleístas identificam como principal consequência da ditadura e os governos democráticos que a sucederam: a destruição do tecido social. A partir dessa visão, começam a desenvolver espaços de ação política orientados à reconstrução desse tecido. Neste sentido, o trabalho *sobre e com* memória da repressão ocupa um lugar central. A realização de passeatas rememorando as pessoas desaparecidas do bairro, a construção de lugares de memória e a organização de *escraches* fazem parte desse trabalho de recuperação da memória como ação política.

Palavras-chave:

assembléia de bairro; memória; ação política

ABSTRACT:

In this text we present some actions of the Neighborhood Assemblies that arose in Argentina after the *panelaços* of December 2001 that focus their work around the memory of the military dictatorship. The assemblies identify the destruction of the social network as the principal consequence of the dictatorial regimen and the governments that followed. From this vision, they started to develop spaces for political action, oriented towards the reconstruction of this network. In this way, the work on and with regard to the memory of the repression occupies a central place. The marches to remember the disappeared people of the neighborhood, the construction of memories places and the organization of the *escraches* are part of this work to recuperate memory as a political action.

Key Words:

neighborhood assemblies; memory; political action

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos (PPGCSO-UFSCar).

INTRODUÇÃO

Cinco anos atrás as imagens dos *panelaços* na Argentina ocupavam a mídia nacional e internacional. Hoje em dia, quando muitos consideram que o pior momento da crise argentina ficou no passado, os *panelaços* permanecem na memória. Não foram os primeiros da história e, sem dúvida, não serão os últimos. Essa forma de protesto tem como antecedente histórico as reivindicações dos setores médios que alentaram, nas décadas de sessenta e setenta, intervenções militares no Brasil, Chile² e Argentina (PÉREZ ESQUIVEL, 2002). Na década seguinte, o *panelaço* ganhava outros atores e outro alvo: a ditadura de Augusto Pinochet. Não apenas se protestava pela situação econômica e social, mas principalmente pelos abusos cometidos contra os direitos humanos. Na Argentina, nos últimos anos da ditadura militar³, o *panelaço* foi ferramenta de luta de donas de casa que protestavam pelo alto custo de vida (LOBATO & SURIANO, 2003).

Na crise de 2001, sair com a panela na mão adquiriu diferentes significados, mas acima de tudo denunciava uma ausência. A panela está vazia, não há o que colocar nela. Denunciava-se o bloqueio das contas bancárias, *corralito*⁴, que como prática de expropriação, somava-se às conseqüências de mais de duas décadas de aplicação de políticas neoliberais (AYERBE, 1998).

Dezembro recém começava e o ciclo de *panelaços* também. O som das panelas acompanhou o “Que se vayan todos” quando o Presidente De La Rúa decretou o estado de sítio, em 19 de dezembro de 2001. Cidadãos e cidadãs desafiaram a medida do governo com panelas e utensílios de cozinha na meia-noite portenha. Em diferentes cidades do país, nas ruas, nas sacadas, na Praça de Maio, na frente da residência

² Em primeiro de dezembro de 1971, um grupo de mulheres do agrupamento chileno “Poder Feminino” bateu panelas e outros utensílios de cozinha em protesto contra a situação social e econômica do governo de Salvador Allende.

³ Na Argentina a ditadura militar iniciou-se com o Golpe de 24 de março de 1976 e finalizou em 10 de dezembro de 1983, com a assunção do presidente eleito, Raúl Alfonsín.

⁴ Em um de dezembro de 2001, o governo estabelece um plano para frear a queda de depósitos bancários que incluía um limite semanal de 250 dólares em retiradas bancárias e foi chamado de “corralito”.

presidencial, na casa de Domingo Cavallo, Ministro de Economia⁵. Os resultados não se fizeram esperar, nas primeiras horas da madrugada foi divulgada sua renúncia. Desta maneira, o protesto generalizado demonstrava sua eficácia e foi celebrado no país. Os/as manifestantes pediram, então, a renúncia do presidente De La Rúa. Na madrugada de 20 de dezembro, um grupo de Infantaria da Polícia Federal começa a reprimir os/as manifestantes com gases e balas de goma. As famílias retiram-se, mas outros resistem e enfrentam com pedras os policiais. Alguns manifestantes atacam bancos, prédios de empresas estrangeiras e/ou privatizadas, Mc Donald's e realizam saques⁶.

Durante esse dia, reiteradas vezes a polícia reprimiu afastando os/as manifestantes da Praça de Maio, mas a cada vez estes voltam. Nas proximidades da Casa Rosada, houve numerosos feridos e cinco pessoas foram mortas com balas policiais⁷. À tarde, De La Rúa tentou uma última cartada oferecendo ao Partido Justicialista um governo de coalizão, que foi rejeitado. No final desse dia, o presidente renunciou e abandonou a Casa de Governo de helicóptero. O dia terminou com celebrações em todo o país.

Os *panelaços* prolongaram-se naquele verão e, assim, a panela foi se constituindo em objeto de identificação. Serviu para se reconhecerem-se como manifestantes na rua, na Praça de Maio; como cidadãos ávidos de direitos, na frente das grandes instituições do Estado como o Congresso, a Casa Rosada, e como moradores/as do mesmo bairro, quando o protesto terminava. Desta maneira, as pessoas que protestavam juntas puderam se identificar no bairro e a partir disso, se organizar. Naquele verão de 2002, ao som das panelas, surgiu um movimento que ficou conhecido como Assembléias de Bairro.

Em diferentes bairros de Buenos Aires e algumas outras cidades do país, as Assembléias reuniram pessoas que nunca tiveram participação política, pessoas que militaram na década de setenta, pessoas com

⁵ Domingo Cavallo ocupou o cargo de Ministro de Economia do ex-presidente Carlos M. Menem. Foi acirrado defensor da aplicação de políticas neoliberais. Em 1991, estabeleceu a Lei de Convertibilidade que igualava o valor da moeda argentina ao dólar. Em 2001, foi convocado pelo ex-presidente De La Rúa para assumir, novamente, o cargo.

⁶ INIGO CARRERA & COTARELO (2006) realizaram uma descrição detalhada das mobilizações em Buenos Aires e em diferentes cidades do país.

⁷ Calcula-se que as vítimas mortais da repressão policial chegaram a 28 no resto do país.

diferentes militâncias em partidos, sindicatos ou em movimentos sociais. Em encontros semanais, os/as participantes debatiam e geravam ações orientadas a criar alternativas ante a crise e desenvolviam um espaço com novas formas de se relacionar com a política, aprofundando o processo de democratização (BOGADO, 2006).

Em 2004, ao realizar uma pesquisa a respeito do movimento⁸, nos deparamos com duas memórias. Uma memória recente constituída pelas lembranças do início das Assembléias, e outra memória, mais distante, sobre a ditadura militar argentina. A memória da repressão perpassava os depoimentos dos/as participantes e era a partir dela que realizavam o diagnóstico da situação de crise generalizada que vivenciavam e se posicionavam no movimento. Homens e mulheres assinalavam haver uma relação entre o Golpe Militar de 1976 e a implantação do sistema neoliberal que prevalece na atualidade. Identificavam como principal consequência da ditadura militar e dos governos democráticos que a sucederam: a destruição do tecido social. Considerando que tanto o diagnóstico da situação quanto o projeto de reconstrução do tecido social fundamentam-se no trabalho *sobre e com a memória*, neste texto pretendemos focalizar em algumas das ações das Assembléias de Bairro que manifestam a persistência de um passado que, como afirma Jelin (2002), “não quer passar” e também, as formas que os/as assembleístas utilizam para recuperar a memória como ação política.

O DESPERTAR DA MEMÓRIA

A memória é um ato que parte *desde o presente* e leva ao passado, pois são precisamente, “*os perigos do presente os que convocam a memória*” (CALVEIRO, 2006: 378). Esse 19 de dezembro de 2001, cada pessoa viu diferentes fragmentos do passado, mas todos nos remetemos ao mesmo quadro: a ditadura militar. Segundo manifestaram os/as entrevistados/as, a declaração de estado de sítio, feita pelo ex-presidente De La Rúa, foi

⁸ A pesquisa visava descrever o surgimento, funcionamento e as práticas levadas a cabo pelos/as assembleístas a partir de suas experiências. Foi financiada pela CAPES e orientada pela Professora Doutora Maria Aparecida de Moraes Silva. O trabalho de campo desenvolveu-se junto a duas Assembléias de Bairro em Buenos Aires, a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego e a Asamblea de Palermo Viejo. A metodologia utilizada foi a História Oral e a Observação Participante.

vinculada com a época da ditadura e fez com que saíssem para a rua, repudiando a medida do governo. Neste sentido, uma das *assembleístas* declarava que neste dia:

“(…) nosotros, salimos básicamente para frenar un golpe de Estado, o lo que nosotros dijimos cuando... Creo que todos entendimos el mensaje del 19 de diciembre cuando dijeron ‘estado de sitio’. El estado de sitio nosotros sabemos lo que significó en la Argentina, entonces ahí dijimos ‘Basta’, dijimos ‘No’, ‘No al estado de sitio’. Pero para darse cuenta del ‘No al Estado de sitio’ hay que tener conciencia de haber vivido un proceso y eso quiere decir, en algún momento, haber ido a una marcha de las Madres de Plaza de Mayo (...) haber pasado por toda la etapa de la democracia viendo estas democracias endebles latinoamericanas y criticándolas. (...)” Estela, Buenos Aires, 29 de janeiro de 2004.

Por sua parte, Giarracca (2003) destaca que durante o período de 1991 a 2001, os protestos estavam vinculados a interesses sociais particulares, enquanto na rebelião de dezembro tratava de cidadãos e cidadãs levantando uma demanda política: *“Que se vayan todos”*. A pesquisadora citada destaca dois momentos chave da rebelião:

a decisão presidencial de declarar o estado de sitio (em um país onde tal medida está relacionada com os governos militares) e, ainda mais importante, a decisão dos portenhos (habitantes da cidade de Buenos Aires) de não o acatar, ou seja, de declarar uma ação explícita de “desobediência civil”. (GIARRACCA, 2003: 275)

É fundamental destacar que não houve um partido ou organização direcionando a rebelião. As pessoas entrevistadas coincidem em que foi uma manifestação espontânea, que eram moradores e moradoras “autoconvocados”. Uma assembleísta esclarece: “(…) los ciudadanos en nombre de sí mismos (...)”. Neste sentido, Brieger (2003) diferencia as mobilizações de 19 e 20 de dezembro das manifestações políticas tradicionais, nestas últimas os militantes costumam marchar em colunas, identificando-se com bandeiras partidárias. Enquanto nas mobilizações de 19 e 20, esclarece:

“milhares de famílias percorreram as ruas da cidade de Buenos Aires (e outras províncias) com seus filhos pequenos sobre os ombros e inclusive levando os cachorros em um clima totalmente festivo, apesar

de que se mobilizavam desafiando o estado de sítio. Marés humanas percorreram as principais avenidas enquanto, desde as sacadas, milhares de pessoas golpeavam suas painéis com alegria e raiva convertendo a panela em uma arma de resistência.”

O surgimento das Assembléias, segundo os/as assembleístas foi *catalisado* pelos fatos de 19 e 20 de dezembro, que abriram espaços de participação política massiva. Cada vez que se reportaram ao passado, essas datas apareceram como marco de origem do movimento. Em um contexto de crise generalizada, as Assembléias iniciam-se como espaços de protesto e catarse e, em poucos meses, organizam-se como formas alternativas para canalizar, em propostas e ações concretas, os múltiplos e variados protestos e demandas de milhares de cidadãos e cidadãs. Convertem-se, assim, em uma experiência inédita na política argentina - palavras dos informantes - embora limitada à Capital Federal, cidades da grande Buenos Aires e capitais de alguns estados.

Dois anos mais tarde, um texto produzido pela Asamblea de Palermo Viejo (2003) retomava algumas das motivações para participar da rebelião e a efetividade que o protesto teve:

Un 19 de diciembre hace dos años...

“... salimos a las calles con nuestras cacerolas. (...) Algunos salimos a protestar contra el estado de sitio, otros contra Cavallo, De la Rúa, el corralito, o contra un modelo económico que empobreció a millones de argentinos. Salimos con bronca. Por eso hicimos sonar nuestras cacerolas que dijeron BASTA! Comenzamos a caminar y terminamos frente a la casa de Cavallo o en la Plaza de Mayo. Cuando Cavallo renunció no pudimos contener nuestra alegría. Y fuimos por más. Había que echar también a De la Rúa. Y lo logramos aunque la alegría se mezcló con la tristeza porque el gobierno antes de irse provocó la muerte de muchos argentinos. Pero por primera vez en la historia no fueron los militares los que voltearon un presidente. Fuimos nosotros.”

A reação das pessoas contra o decreto de estado de sítio do presidente De la Rúa e a forma de desafiar o poder e a repressão, segundo Cafassi (2002, p. 79-82, *apud*. BRIEGER, 2003), permite conjecturar que o ciclo iniciado em 24 de março de 1976 fecha-se com a impertinente e massiva violação do direito restritivo dos civis. Brieger (2003) destaca que “pela primeira vez na história do país um governo civil foi derrocado por uma mobilização popular sem que tomassem

parte as Forças Armadas”. Por sua vez, Lucio, a frente da Cooperativa La Asamblearia, pouco antes de começar o 14º Encuentro de Asambleas Autónomas, fazia uma avaliação dos dias 19 e 20 de dezembro:

“(…) me parece que el país no vuelve a ser el mismo después del 19 y 20, que siempre vos tenés como señales de que hubo una ruptura cualitativa en esa tendencia a la disolución y de que hay intentos como saludables de reconstruirse.(…)” Buenos Aires, 22 de fevereiro de 2004.

A memória da repressão ocupa um lugar central nesse processo de reconstrução. Nos seus depoimentos, as/os assembleístas manifestaram que a situação que vivenciavam estava ancorada em fatos do passado, especificamente desde 1976, ano de início da ditadura militar. Compartilhavam a idéia de que com o golpe militar de 1976 começa o processo de destruição do tecido social, como refletem os seguintes depoimentos:

“(…) Yo te diría que un objetivo así clave para el golpe militar del 76 no fue liquidar a las organizaciones armadas que para ese entonces estaban bastante hechas mierda, sino fue destruir ese entramado social que había costado todo el siglo veinte armar (…)” Lucio, Buenos Aires, 22 de fevereiro de 2004.

“(…) nosotros creemos que hay un proyecto, que es de... primero de destrucción de la clase obrera, o sea, quiénes estaban organizados en la década del setenta, qué es lo que estaba organizado: la clase obrera. Con la desaparición de los 30.000 argentinos, desaparecidos del campo popular se desarticula todo lo que era la lucha de la clase obrera y se instaura, los años de plomo que es el terror, el Terrorismo de Estado, la no participación, el no compromiso, el temor a involucrarse, el ‘No te metás’, el ‘Por algo será’, ‘Por algo será que se lo llevaron’ (…)” Estela, Buenos Aires, 29 de Janeiro de 2004.

Os depoimentos explicitam, também, um processo de “enquadramento da memória” (POLLAK, 1989), no sentido de interpretar o presente sob a leitura do passado, delimitado com corte temporal. Segundo o autor:

“O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também

de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.” (POLLAK, 1989: 09-10)

Considerando esse processo de enquadramento assinalado, manifesta-se todo um passado “silenciado”, anterior a 1976. Embora não pretendamos aprofundar nesta questão, seria possível sugerir a hipótese de que para a construção de uma nova forma de fazer política, como é pretendido explicitamente pelos/as participantes das Assembléias – caracterizada pela deliberação, a busca do consenso, mas com a possibilidade do dissenso, a autonomia com relação aos partidos políticos, a não violência etc. –, uma outra forma de fazer política anterior é “silenciada”. O estudo de Dellasoppa (1998) pode trazer contribuições esclarecedoras nesse sentido, por sua abordagem sobre a violência como recurso da política na Argentina entre os anos 1943 e 1983.

Para Pollak (1989), o trabalho da memória está associado à organização social da vida e, no caso do enquadramento, pode ser um ingrediente importante para a manutenção do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. A memória possibilita reconstruir a situação anterior ao golpe e, neste caso, lembrar da existência dessa trama social que não se limitava exclusivamente à militância em um partido político⁹. Segundo Lúcio, da Asamblea de Nuñez-Saavedra:

“(…) Acá había una gran tradición de sociedades de fomento, de asociaciones vecinales, de clubes sociales, de trabajo en las parroquias, de mutuales, de cooperativas de barrio, de cajas de crédito, todo eso lo hicieron mierda. Lo hicieron mierda, digamos por la propia dinámica neoliberal o con métodos de guerra civil.(...)” Buenos Aires, 22 de fevereiro de 2004.

Esse enquadramento da memória perpassa as falas de pessoas que não vivenciaram diretamente os fatos, e que interpretam o presente a partir de uma memória herdada. Assim, os/as participantes mais jovens também manifestaram que na década de setenta o campo popular estava

⁹ Cabe destacar que segundo um levantamento realizado pela organização H.I.J.O.S., entre 1955 e 1976 na Argentina havia aproximadamente “cinquenta organizações políticas alternativas, das mais diversas origens e formas de ação” (CATELA, 2001: 45). Algumas delas formaram-se depois da ruptura de partidos como o Peronismo ou o Socialismo.

organizado. Neste sentido, Walter, participante da Assembleia de Palermo Viejo, afirmava:

“(…) había un estado de organización por ejemplo en el 70, por lo que te cuentan [ríe], había fábricas, había gremios, había un estado de, sí, de organización social. Eso era muy importante. (...) por ahí te ponés a charlar con gente que ha vivido en otras épocas y te cuenta cómo era la realidad del obrero, como era la costumbre, o el sólo hecho de su capacidad económica.(...) Este país hubo un Estado de bienestar y hubo una trama social y hubo organizaciones sociales muy fuertes. (...)” Buenos Aires, 19 de fevereiro de 2004.

Um fato destacado pelos/as informantes é que as pessoas desaparecidas durante a ditadura militar não eram, majoritariamente, intelectuais nem provinham de organizações armadas, como geralmente se acredita, mas sim trabalhadores e organizadores sociais de base¹⁰. Neste sentido, é interessante recuperar o depoimento de uma das informantes que explicita o caráter retrospectivo da memória. Ela aponta que não é possível compreender a situação atual sem levar em conta esse projeto de destruição da classe trabalhadora iniciado durante a ditadura militar. Paula, diz:

"(...) Lo que pasó, el proyecto de la dictadura fue meter miedo, entablar un proyecto económico a través de: generar miedo.(...)El resultado de la dictadura es el proyecto económico y el proyecto social, ¿cómo implantar un proyecto económico en una comunidad que está moviéndose, que está movilizada? (...) ¿Cómo implantar un proyecto económico cuando hay obreros, hay fábricas y fábricas organizadas? Porque la gente se organiza, había laburo en los barrios era, ¿cómo lo implantás si no es a través del miedo? Eso fue lo que se hizo y eso fue lo que quedó (...)" Buenos Aires, 26 de fevereiro de 2004.

Os/as assembleístas identificam, no contexto de surgimento do movimento uma situação de destruição do tecido social e se reconhecem como fazendo parte dela. Destacam como principais conseqüências da ditadura militar e do projeto implementado, o processo de individualização, a desarticulação do campo popular, crise na capacidade

¹⁰ Esta afirmação pode ser confirmada com os dados coletados por CATELA (2001) junto ao relatório da Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP).

econômica das pessoas trabalhadoras, a exclusão crescente e ainda ativa, a não participação, o medo de se envolver, entre outros. O plano de destruir o campo popular promoveu o individualismo. Assim, a sociedade que se tinha organizado para participar deixa de fazê-lo, em consequência do processo de individualismo, gerador de incapacidade de ação coletiva. Estela destaca como principal consequência da individualização a sujeição às leis do mercado, ante a impossibilidade de agir coletivamente.

Seguindo a Jelin (2002), consideramos que o trabalho *sobre e com* a memória é central tanto na realização desse diagnóstico quanto na elaboração do projeto de reconstrução do tecido social. Ao falar de “trabalho da memória”, sujeito e sociedade são colocados em um lugar ativo e produtivo, como agentes de transformação capazes de mudar a si mesmos e ao mundo. Dizer que a memória envolve trabalho, é incorporá-la ao fazer que gera e transforma o mundo social. Nos seus depoimentos, os/as assembleístas explicitam a necessidade do trabalho com a memória para a construção de “*uma identidade democrática e transformadora*”. Aparece, assim, explicitamente a vinculação entre memória e identidade (POLLAK, 1992).

Rajchenberg (2002) destaca como os principais impactos das ditaduras militares em geral, e da ditadura argentina em particular: as desapareções e mortes; o estabelecimento do neoliberalismo e “a produção de uma história oficial que não somente silencia as outras histórias senão que coloniza violentamente a memória coletiva” (RAJCHENBERG, 2002: 75). No caso da nossa pesquisa, as memórias subterrâneas afloram para reconstruir o tecido social, indo em sentido contrário à sociedade englobante. Neste sentido, os/as *assembleístas* reagem valorizando a memória porque ela traz lembranças que foram apagadas pela história oficial. Neste sentido, Mauricio Fernández Picolo observa que:

“nenhum método de dominação política pode ter efeitos permanentes. Na medida em que as classes subalternas, os dominados, reconstruam as organizações sociais e políticas próprias e recuperem a memória que lhes foi escamoteada, tergiversada e ocultada terão a oportunidade de dar-lhe vida, quer dizer, de recriar seu passado e se identificar na sua história. Em outras palavras, poderão se reconhecer como sujeitos.” (RAJCHENBERG, 2002: 82)

Cabe destacar que segundo os/as entrevistados/as a destruição da trama social ou do tecido social não se limitou apenas à ditadura, senão que teve continuidade nos governos democráticos posteriores. Carlos, da Asamblea de Palermo Viejo, manifestava:

“(…) Lo que nosotros planteamos que el mayor éxito del Proceso¹¹, y de todo lo que siguió del Menemato y de la ineficiencia de De La Rúa, fue, el destruir la trama social. (...) Es decir, lo que se había seguido era un desperdigamiento, es decir, la gente no se arrimaba a la otra gente, es decir, la actividad barrial había desaparecido (...)” Carlos, Buenos Aires, 19 de fevereiro de 2004

Segundo Calderón & Jelin (1987), nos países que viveram ditaduras militares, os processos de transição democrática operam, por um lado, em um contexto de destruição ou limitação do sistema político e dos direitos dos cidadãos, marcado por um recolhimento para a vida privada e, por outro, caracterizado por "uma incomunicabilidade no interior da trama das relações sociais e entre a sociedade e os partidos políticos", distanciados da vida cotidiana. Assim, o retorno democrático operou dentro dos limites impostos pelo regime militar anterior (LINZ & STEPAN, 1999); a falta de preparo dos partidos políticos; a ausência de diagnósticos da situação econômica¹² e o déficit político gerado pelas políticas autoritárias.

Como aponta Jelin (2002), o trabalho com a memória requer agência, porque envolve “processos de transformação simbólica e de elaboração de sentidos do passado.” (JELI, 2002: 14). As/os participantes das Assembléias, situadas/os no presente, não somente manifestam o aspecto retrospectivo e reflexivo da memória, senão que também encaram a memória em seu aspecto prospectivo, na forma de projeto:

¹¹ Forma de nomear a ditadura militar, que alude ao projeto de governo dos militares, denominado “Proceso de Reorganización Nacional” (PRN).

¹² MINUJÍN (1992) aponta que o fato do Estado ter assumido a responsabilidade sobre o total da dívida externa, em 1983, constitui um “fator decisivo” na situação da Argentina, tanto pelo elevado montante como pelo destino que teve o dinheiro. O autor diferencia o caso argentino de outros países que investiram em produção ou infra-estrutura, enquanto na Argentina o dinheiro foi convertido em capital privado e retirado do país (MINUJÍN, 1992: 19)

“a memória, voltada retrospectivamente de forma reflexiva, é suplementada pela antecipação, voltada para a frente, prospectivamente. A ação deliberada resulta de planejamento, do estabelecimento de um objeto e de imaginá-lo sendo realizado, e ainda da intenção de realizá-lo, independente do plano ser vago ou existir como projeto detalhado passo a passo” (WAGNER, 1983, *apud*. VELHO, 1994: 103)

Em sentido semelhante, Pollak (1989: 11) considera que o “passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida”. Por sua parte, Velho (1994) destaca como a memória é necessária para a elaboração de um projeto, que define como:

“(…) instrumento básico de negociação da realidade com outros atores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo.” (VELHO, 1994: 103)

A partir da memória, os/as *assembléistas* manifestam a necessidade de reconstrução do tecido social, que foi rompido durante a ditadura militar, como um dos objetivos fundamentais para a existência da Assembléia. Assim, a memória apresenta-se como elemento que dá consistência ao projeto, fornecendo “*os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos*” (VELHO, 1994: 101).

Para Pedro, da Asamblea de Palermo Viejo, os últimos 20 anos de democracia têm como principal efeito que muitas das reclamações individuais, herança do individualismo originado na ditadura, converteram-se em projetos coletivos e, nesse processo, têm fundamental importância os movimentos sociais. Pedro também se referiu ao sentido de uma frase muito utilizada pelos/as participantes da sua Assembléia – “*...reconstruir a trama social...*” – da seguinte forma:

“(…) Lo que creo que nosotros entendemos como reconstrucción del entramado social tiene que ver con lo colectivo. Y lo colectivo es, organizarse (...) cuando nosotros hablamos de reconstrucción de trama social, en este sentido, lo que vemos es cómo estos diferentes individuos, organizaciones, movimientos, etc., de todo tipo, pueden ligarse (...) Alguna cosa que vimos mucho tenía que ver con cómo

reconstruir el entramado social dentro del barrio. (...) creo que ahí es donde planteamos la articulación, reconstrucción del entramado, o así es como yo lo entiendo, no?, también, de sectores del barrio que tienen vida propia e inquietudes y que parecen cada uno metido por su lado, cómo logramos, bueno, reconstruir o construir un entramado (...)” Buenos Aires, 19 de fevereiro de 2004.

Reconstruir o tecido social, segundo os/as participantes das Assembléias, é o desafio para superar esse processo generalizado de desarticulação. As Assembléias surgem como alternativa para reconstruir o tecido social e o campo popular desarticulado. Para tanto empreendem, desde seu início, um leque de ações no intuito de rearticular diferentes atores e práticas por eles desenvolvidas. Como apontamos acima, muitas dessas ações envolvem um trabalho *sobre e com* a memória da ditadura militar. A realização de passeatas rememorando as pessoas desaparecidas do bairro, a construção de lugares de memória e a organização de *escraches*¹³, que referimos a seguir, fazem parte desse trabalho de transmissão, atualização e reelaboração das memórias.

A MEMÓRIA EM AÇÃO: PASSEATA, LUGARES DE MEMÓRIA E *ESCRACHES*

As datas significativas são relevantes para o trabalho dos agentes da memória, porque constituem momentos de atualização do passado. Jelin (2002) destaca que em datas especiais e aniversários, a esfera pública é ocupada pela rememoração com “manifestações explícitas compartilhadas”, mas também com confrontações. São momentos que constituem oportunidades de ativação, transmissão e ressignificação da memória coletiva. Na Argentina, o 24 de março constitui uma data central para as organizações de direitos humanos e os movimentos sociais, porque se rememora o Golpe Militar de 1976. Assim, a poucos meses de ter surgido a Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, os/as participantes decidiram organizar Jornadas em Repúdio ao Terrorismo de Estado, em 23 e 24 de março de 2002.

¹³ Forma de protesto criada em dezembro de 1996, pela organização H.I.J.O.S. (Hijos por la Identidad, la Justicia, contra el Olvido y el Silencio) como ação simbólica de reivindicação por justiça. O *escrache* reflete a condenação popular dirigida aos repressores da última ditadura militar.

A Assembléia contava com participantes vinculados a organizações de direitos humanos, como por exemplo, “Encuentro por la Memoria”, e decidem se somar ao trabalho de atualização da memória com diversas atividades: realização de um mural, passeata, marcha à Praça de Maio etc. A passeata, realizada junto a outros membros de organizações como “Encuentro por la Memoria” e H.I.J.O.S.¹⁴, acontece todos os anos como forma de lembrar as desapareições de pessoas do bairro, acontecidas durante a última ditadura militar. A seguir, uma das participantes explica em que consiste a passeata:

“(…) nosotros hacemos el itinerario de la marcha, casa por casa, desde donde se lo llevaron, hacemos un alto, como si fuera una peregrinación, donde **identificamos** la casa, la **señalizamos**, **contamos** la historia, cómo fue el hecho, cómo se lo llevaron, para que los vecinos no olviden, la memoria (...) trabajamos la memoria de la sociedad (...) vamos recuperando y tejiendo otra vez la memoria (...)”
Estela, Buenos Aires, 29 de janeiro de 2004.



¹⁴ Organização de Direitos Humanos criada em outubro de 1995, por filhos e filhas de pessoas desaparecidas durante a ditadura militar.

O olhar da memória. Um dos cartazes colocados pelos/as participantes da passeata para identificar e assinalar a casa de uma das pessoas desaparecidas do bairro, indicando o nome da pessoa, a rua e número, e o dia do desaparecimento. San Telmo, Buenos Aires, 2002. Gentilmente cedida por: Estela Fourmantin.

Durante a passeata, enquanto são homenageadas as pessoas desaparecidas, os/as vizinhos/as costumam se aproximar para ouvir o relato dos fatos e, às vezes, somam-se à narração lembrando detalhes do desaparecimento. Esta prática de ir ativando e recuperando a memória coletiva do bairro é um processo que contribui para a reconstrução do tecido social¹⁵. Neste sentido podemos destacar um exemplo desse processo de reconstrução promovido pelos/as *assembleístas*, a partir da lembrança de um fato acontecido na passeata, segundo relata uma das participantes:

“(...) Pasó una cosa muy loca, salió un día un hijo, de un padre desaparecido, y el chico no militaba en H.I.J.O.S., pero se sintió tan tocado que los hijos de otros desaparecidos vinieran a honrar a su padre, a la puerta de su casa y que pusieran un mensaje, que muy emocionado fue a abrazarse con los hijos. Y los H.I.J.O.S., era como ‘Bueno, volviste a casa’, o sea muy bien, ningún reclamo. Ese chico terminó de hacer eso y siguió marchando con nosotros, para ir a buscar otra casa e identificarla. (...)” Estela, Buenos Aires, 04 de fevereiro de 2004.

Na parada seguinte da passeata, frente a uma outra casa, membros da organização H.I.J.O.S. pedem para o moço recém incorporado à marcha que nomeie a pessoa a ser homenageada. Esta prática consiste, geralmente, em ler um texto breve rememorando a vida

¹⁵ O trabalho com a memória do bairro também foi desenvolvido por uma outra Assembléia pesquisada, a Asamblea de Palermo Viejo. Neste caso, organizaram uma caminhada pelo bairro para reconstruir a história do bairro a partir do relato de moradores e moradoras e, principalmente, reconhecer as mudanças acontecidas. Segundo os/as *assembleístas*, a partir dessa atividade “fue tomando cuerpo la idea de promover otras acciones para reconstruir los lazos sociales, solidarios y culturales en nuestro barrio, volver a tejer la trama social que habíamos visto desgarrarse en años de políticas a espaldas de la gente.” (Asamblea de Palermo Viejo, in MIRA & JUÁREZ ALDAZÁBAL, 2003: 115)

da pessoa e o momento do seqüestro. A seguir, menciona-se o nome dela e os/as participantes do ritual gritam: “¡Presente!” ou “¡Ahora y siempre, presente!””, reproduzindo uma prática usada na década de setenta para velar companheiros assassinados (CATELA, 2001, p. 280). Estela conta:

“(…) le dicen ‘Nómbralo vos ahora’, y bueno, el pibe la voz no le salía pero nada [reímos]. Era maravilloso pero al pibe no le salía la voz, y gritaba viste ‘Fulano de tal’ y nosotros ‘¡Presente!’, ‘Fulano de tal’ ‘¡Presente!’. Y ‘Fulano de tal’ ‘¡Presente, ahora y siempre!’. Viste, maravilloso y ese pibe hoy es un militante (...) y lo ves al pibe y te dice ‘Qué bueno que ese día salí. Qué bueno que ese día salí’. Viste y decís si eso fue todo lo que se hizo ese día, (...) así fuera eso solo pero no fue eso solo, porque salieron vecinos, otros vinieron y te contaron que esa historia ya la vivieron que vieron cuando se lo llevaron. O sea, reconstruí la historia del desaparecido, pero reconstruida desde lo más cotidiano (...)” Buenos Aires, 04 de fevereiro de 2004

Na passeata a história do/a desaparecido/a é reconstruída a partir dos lugares de pertencimento, possibilitando que as pessoas que vivenciaram os fatos possam se manifestar e participar do processo de recriação dos sentidos da memória. Nesta prática revela-se o dinamismo da memória, enquanto possibilidade de modificar as experiências do passado no diálogo e na relação com outros (JELIN, 2002: 13). Segundo relata a assembleísta, em diversas oportunidades alguns vizinhos aportaram novos dados a respeito do desaparecimento e, às vezes, houve quem lembrou que no lugar moravam outras pessoas que nunca voltaram a ver. Sempre que aparecem essas novas informações, são essas, analisadas pelas organizações de direitos humanos e, no caso de serem confirmadas, novos nomes passam a engrossar a lista de pessoas desaparecidas.

Os/as participantes das Assembléias pesquisadas concordam com os 30.000 casos denunciados pelos organismos de direitos humanos, a saber, Madres de Plaza de Mayo, Asamblea Permanente por los Derechos Humanos, Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS). É importante assinalar que para a CONADEP, por se basear exclusivamente nos casos denunciados, o número de pessoas desaparecidas é de 8.960. As 1.898 pessoas mortas em enfrentamentos são um caso a parte, assim como as 889 que foram seqüestradas, sobreviveram e informaram sua reaparição. Por outro lado, há um

cálculo de 900 pessoas mortas nos atentados da organização Triple A – Alianza Anticomunista Argentina¹⁶. As cifras variam para outras organizações. Assim, Amnesty Internacional reconhece 15.000 desaparecidos. Nas Forças Armadas e de Segurança, o número de pessoas mortas foi de 687.

A seguir, apresentamos alguns exemplos do trabalho com a memória materializado na construção de lugares. Segundo Nora (1998), um “lugar de memória” é constituído pela vontade de memória, como forma de deter o processo de esquecimento. O lugar de memória, fruto de um ritual, constitui um jogo entre memória e história, encarnando três aspectos: *material, simbólico e funcional* (NORA, 1998). Considerando o trabalho de reconstrução da memória da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, o primeiro exemplo de lugar de memória é um mural realizado no marco das referidas Jornadas em Repúdio ao Terrorismo de Estado.

O mural foi realizado em um espaço público, as paredes do prédio do “Museo del Cine”, no bairro de San Telmo. A escolha deste lugar constitui uma ação política. Corrobora esta reflexão o fato de que o espaço vinha sendo utilizado para pregar cartazes de diferentes partidos políticos e para as mais variadas manifestações partidárias. O mural apresenta, na forma de um filme, alguns fatos da história argentina, começando em 1976 e chegando até o momento do surgimento das Assembléias. Portanto, a história registrada no mural estabelece um elo entre os acontecimentos presentes e aqueles do passado. Cabe destacar que o mural não só assume a função de materializar a memória, senão que também é expressão da identidade do coletivo. Nesse sentido, Catela (2001) assinala que a criação de um lugar como espaço de memória

¹⁶ A organização paramilitar conhecida como Triple A, iniciou suas ações em 1974, durante a presidência de Isabel Perón. Supostamente a organização tinha sido idealizada por José López Rega, ministro de Bem-Estar Social. Estava constituída pela direita do aparato sindical e por membros da polícia e “tinha como principais alvos de ataque todos os que seus ‘inventores’ consideravam ‘comunistas’. Centralmente, se dedicaram a assassinar sindicalistas e dirigentes políticos, muitos deles conhecidos militantes do peronismo” (CATELA, 2001: 50). Precisamente, nestas semanas foi divulgada a notícia da detenção de Isabel Perón, na Espanha pelos crimes contra os direitos humanos cometidos durante seu governo pela Triple A. Em 26 de janeiro de 2007, o juiz Norberto Oyarbide ditou a prisão preventiva para possibilitar a extradição e posterior julgamento na Argentina.

“conjuga a mobilização do passado histórico, a referência a um grupo de pertencimento e a invenção de um novo ritual comemorativo” (CATELA, 2001: 281).



Mural da Assembleia Popular de San Telmo-Plaza Dorrego. Gentilmente cedida por: Estela Fourmantin

Gabriel, da Assembleia de San Telmo-Plaza Borrego, explica o conteúdo do mural:

“(…) es un mural alusivo, histórico, más o menos del 24 de marzo de 1976 hasta la fecha en que se hizo, con varios momentos el momento del golpe, el momento de la represión, las Madres de Plaza de Mayo, después el momento, el menemismo, la instauración, digamos, del modelo neoliberal más o menos definitivo, porque es lo que vivimos ahora, y después la aparición, hay la ruptura en la película, porque está hecho en forma de película, hay como varias cuadritos de alguna película. La ruptura es los cortes de ruta, que aparecen. Y después aparece el cacerolazo con la represión del 19 y 20 de diciembre, con caballos gente que se cae, alusivo a los muertos del 19 y 20 de diciembre y termina, una cosa más esperanzadora de la asamblea.(…)”
Buenos Aires, 26 de fevereiro de 2004.

O mural ficou, ninguém o apagou. Estela comenta que agora é um mural da cidade e os/as turistas tiram fotos dele. Se considerássemos o processo de construção deste lugar de memória seria possível reconstruir os percursos e interações desenvolvidas pelos/as assembleístas. Assim, manifesta-se enriquecedora a noção de “território de memória” (CATELA, 2001), inspirada nos lugares de memória de Nora, mas tentando superar a “idéia estática, unitária, substantiva, que a idéia de lugar costuma suscitar”, e retomando as interações geradas no processo de construção desse lugar. Segundo ela:

“a noção de “território” refere-se às relações ou ao processo de articulação entre os diversos espaços marcados e às práticas de todos os que se envolvem no trabalho de produção de memórias sobre a repressão; ressalta vínculos, a hierarquia e a reprodução de um tecido de lugares que potencialmente pode ser representado por um mapa” (CATELA, 2001: 208)

Um ponto importante desse mapa da memória do bairro está, também, marcado como lugar de memória: o Centro Clandestino de Detenção “El Atlético”¹⁷. Desde alguns anos, diferentes organizações de direitos humanos desenvolvem um projeto de recuperação deste centro de detenção como museu da memória. Nos dias 24 de cada mês, participantes da Asamblea Popular de San Telmo-Plaza Dorrego, moradores/as do bairro e membros de organizações de direitos humanos se reúnem para realizar um ritual da memória. Uma silhueta humana de sete metros, que representa as pessoas desaparecidas, é iluminada com tochas.

A proximidade deste lugar de memória e a participação de assembleístas no projeto de recuperação de “El Atlético” fizeram que o próprio prédio da Asamblea se constituísse em lugar de memória. Apenas transposta a porta principal do prédio, na parede da esquerda

¹⁷ Campo clandestino de detenção também chamado “el club” ou “el club Atlético”. “El Atlético” funcionou desde meados de 1976 até dezembro de 1977, calcula-se que por ele passaram mil e quinhentas pessoas. Foi demolido depois, mas a partir dos depoimentos de alguns testemunhos e dados obtidos pela CONADEP (Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas), foi possível identificar que estava instalado em um prédio entre as ruas Paseo Colón, San Juan, Cochabamba e Azopardo, no bairro de San Telmo. Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/conadep/nuncamas/157>.

fica visível um pequeno retângulo de tijolos à vista. São tijolos trazidos do centro clandestino de detenção “El Atlético”. Gabriel explica:

“(…) había un grupo de compañeros de hace años, venían trabajando especialmente con gente que estuvo detenida ahí, y sobrevivió. Ahí pasaron 1.500 compañeros en el Atlético, se calcula que pasaron 1.500. Funcionó hasta que se hizo la autopista, se lo tiró abajo, bueno directamente se lo tapó, por eso ahora los arqueólogos estaban, hace un año y pico están tratando de recuperarlo, restaurarlo como museo. Había gente que ya estaba trabajando bastante en sostener la memoria sobre el lugar, hacía años (...)”



Tijolos da memória. “(...) Esos ladrillos, ladrillos a la vista los pusimos ahí para que queden como memoria, de traer los ladrillos de los que fueron un centro clandestino de detención para recordar, ladrillos que en algún momento albergaron la muerte, la otra hoy los tenemos para dar vida, el espacio para invertir el orden.(...)” Estela, Buenos Aires, 29 de Janeiro de 2004. Adriana Bogado.

O trabalho *sobre* e *com* a memória, empreendido pelos/as participantes da Assembleia Popular de San Telmo Plaza Dorrego, reflète as redes que ela tece com moradores/as, com diversas organizações do bairro e de outros bairros, assim como as ações políticas empreendidas pelo coletivo. Também refere-se à identidade que vão desenvolvendo, a partir da implantação do tema da “memória” como um dos temas chave

“*para caminar juntos*”, o modo de construção coletiva que sustenta as interações do coletivo, a autonomia e a amplitude que, no trabalho cotidiano, cuidam de manter como novas formas de fazer política. Mas, em qualquer caso, a memória perpassa todas essas interações, temas, propostas, alternativas etc., e é isto o que se percebe nos testemunhos dos/as participantes. A visão que mulheres e homens constroem da história dá sentido à participação nas Assembléias e aos posicionamentos que nela são defendidos.

“Se não há justiça, há escrache”

Os protestos desenvolvidos pelas Assembléias, também, marcam essa revisão da memória social e manifestam o aprendizado junto a outros movimentos sociais, ao tempo que desenham novos percursos da memória na cidade. Merece destaque neste ponto, o *escrache* ao ex-Presidente Menem, realizado pela Asamblea de Palermo Viejo. O *escrache* é uma forma de protesto criada em dezembro de 1996, pela organização H.I.J.O.S. (Hijos por la Identidad, la Justicia, contra el Olvido y el Silencio), como ação simbólica de reivindicação por justiça e reflete a condenação popular dirigida aos repressores da última ditadura militar. Caracteriza-se por ser uma ação não violenta que atinge moralmente e denuncia “*as causas políticas e econômicas do genocídio, seus atores e cúmplices assim como também sua continuidade no modelo econômico atual, a que se opõem, participando das lutas populares*” (CATELA, 2001: 348).

As idéias de continuidade do sistema político e econômico instaurado a partir do golpe de 1976 e a necessidade de união com as lutas populares estão presentes, também, nos/as participantes das Assembléias, que passam a utilizar o *escrache* como parte seu repertório de protestos. Este é um claro exemplo de como, embora o *escrache* nasceu vinculado a uma cultura jovem, a dos/as filhos/as de pessoas desaparecidas durante a ditadura militar, estendeu sua utilização além da idade e desse coletivo particular. O *escrache* é realizado por outros movimentos sociais que atingem novos alvos. Portanto, podem ser *escrachadas* pessoas vinculadas a casos de corrupção, de autoritarismo policial e de tudo que seja considerado como atentado contra os direitos individuais coletivos (CATELA, 2001: 360).

A ênfase do ato está vinculada aos lugares de pertencimento, isto leva a realizar os *escraches* no domicílio da pessoa, em lugares do bairro, ou no local de trabalho. Estela explica que:

“(…) los H.I.J.O.S. le empiezan a hacer el escrache a los represores en sus viviendas, que no sabían los vecinos quiénes eran los que estaban ahí. Entonces ‘Acá vive el genocida’ (...) Ese era el escrache de H.I.J.O.S., mostrar quién fue ese sujeto. Nosotros hacíamos lo mismo, cuando aparecía un político lo escrachábamos y bueno esa era la historia.(…)” Buenos Aires, 29 de janeiro de 2004.

No caso das Assembléias, percebemos que a proximidade, no bairro, de uma pessoa considerada pelos/as participantes como merecedora do *escrache*, faz surgir o protesto. A manifestação que, inicialmente, poderia estar restrita a uma expressão individual – de raiva, ódio ou rechaço – deriva em uma *atividade racionalizada e coletiva*. Durante a entrevista com um casal, participante da Asamblea de Palermo Viejo, sobre os momentos mais importantes vividos na Assembléia, surgiu um *escrache* que foi registrado especialmente¹⁸. Ángela e Carlos, lembrando diferentes fatos, destacam:

Ángela: “(...) muy fuerte fueron todas manifestaciones que tuvimos en la calle, cuando hicimos el escrache a Menem. Fue una, fue una noche...”

Carlos: El primero de los escraches que se le hizo a Menem, en todo el país fue el primero.

Ángela: Fue una, fue una decisión así que nos surgió acá.

Carlos: Era un jueves justo, un día de asamblea.

Ángela: Y dijimos qué hacemos acá, Menem está acá tan cerca, y bueno vamos a gritarle y eso hicimos.

Carlos: Y la pasó mal, se sintió mal. Logramos lo que queríamos.(...)”
Buenos Aires, 19 de fevereiro de 2004.

¹⁸ Cabe apontar que uma assembleísta lembrou um *escrache* realizado a Jorge Rafael Videla, ex-presidente de fato e repressor durante a ditadura militar. Um comunicado emitido pela Asamblea de Palermo Viejo registra: “Con motivo de cumplirse el 24 de marzo un nuevo aniversario del golpe militar de 1976 y ante la impunidad dictada por el poder político, el repudio social es nuestra herramienta. Por eso declaramos al dictador Jorge Rafael Videla como vecino no grato y convocamos a expresar el rechazo a su persona el jueves 21 de marzo a las 19 horas frente a su casa, en avenida Cabildo al 600, en el barrio de Belgrano. (...)”. Disponível em: <http://www.palermoviejo.netfirms.com/Gacetillas/gacetilla-videla.htm>, acesso em 14 jan. 2004.

Por sua parte Jorge, participante da Asamblea de Palermo Viejo, lembra que a presença do ex-presidente devia-se ao lançamento de sua nova candidatura à presidência da nação, na Capital Federal. A tal fim, realizava-se o evento em um local do bairro de Palermo Viejo. Jorge explica que se organizaram via e-mail e ao se reunirem no dia de encontro da Assembléia decidiram resistir à presença do ex-presidente no bairro. Sabendo da possibilidade do *escrache* outras pessoas estiveram presentes na Assembléia e somaram-se ao protesto. Jorge manifesta:

“(…)Vino un fotógrafo que era nuestra mejor arma de defensa, digamos, porque realmente nos recibieron en forma muy hostil un grupo de menemistas y también la guardia de Infantería que se había dispuesto para darle protección a Menem. Nosotros no sólo fuimos agredidos en forma verbal por distintos grupos de menemistas, sino también físicamente por grupos represivos por la policía, de Infantería. Y bueno como consecuencia de ello una compañera nuestra sufrió varias lesiones (...)” Buenos Aires, fevereiro de 2004.

Ele comenta que quando o *escrache* foi divulgado por noticiários de televisão e pela imprensa, o ex-presidente:

“(…) salió a decir que estaban, las calles de Buenos Aires estaban llenas de subversivos, que había que terminar con eso, que había que poner orden. Pudimos salir publicados en Página 12, tuvimos espacio, aclarar obviamente que no éramos delincuentes y que tranquilamente se podía revisar el patrimonio que teníamos nosotros, cosa que él no podía. Muy pequeño muy concreto y muy claro (...)” Jorge, Buenos Aires, fevereiro de 2004.

Os/as informantes ressaltam como esse protesto, pela agressão física e verbal que sofreram, gerou a necessidade de criar uma comissão na Assembléia que se encarregasse da questão da segurança do grupo. Em diferentes depoimentos, manifesta-se que os/as participantes das Assembléias tiveram que lidar com os medos e as lembranças da repressão em tempos da ditadura militar e como foram criando alternativas para continuar expressando-se e manifestando-se. Brieger (2003) relaciona este movimento para o espaço público como forma de superação do medo instaurado na ditadura militar:

“A rua convertida em terreno perigoso durante a ditadura militar por temor à repressão, e na democracia pela violência, é procurada como objeto de re-apropriação, que quebre o individualismo e o encerramento portas adentro de décadas.”

Cabe lembrar que as diferentes mobilizações organizadas e desenvolvidas pelas Assembléias caracterizam-se pela não violência, embora os/as participantes tenham sido alvos das forças repressivas e tenham tido que lidar com os medos e as lembranças da repressão em tempos de ditadura militar. Esse fantasma apareceu nos depoimentos dos/as informantes, que coletivamente conseguiram manter seu posicionamento e permanecer nas ruas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto foram apresentadas diferentes ações desenvolvidas pelas Assembléias de Bairro pesquisadas que tomavam a memória da repressão como eixo de trabalho. Como apontamos, a recuperação da memória é encarada como ação política e gera identidade coletiva para o movimento *assembleário*, desde seu surgimento. As passeatas, a construção de lugares de memória, os *escraches* etc., envolvem um processo de resistência que implica um confronto entre a memória oficial e as memórias subterrâneas, concretizado e socializado no espaço público em diversas situações. Assim, o trabalho *sobre e com* a memória constitui um elemento importante a fim de atingir o objetivo, expresso pelos/as *assembleístas*, de restabelecer laços sociais que contribuam à reconstrução do tecido social. A memória revela-se importante para a organização da vida e, neste caso, são as memórias "subterrâneas" em disputa com a oficial, sendo as primeiras, aquelas importantes para a reconstrução social citada.

Na reconstrução da memória identificamos um recorte temporal importante, no qual todo um passado não é tematizado, passado este correspondente ao período anterior a 1976. Portanto, trata-se de uma memória enquadrada (POLLAK, 1989), na qual a interpretação do presente se faz sobre a leitura do passado, a partir de 1976. Essa questão pareceu-nos interessante e, a título de hipóteses, tecemos algumas reflexões acerca da mesma. Uma hipótese plausível foi a fim de identificar as motivações deste enquadramento é a de que, no intuito de construir uma nova forma de fazer política - o que é explicitamente

manifestado pelos/as participantes das Assembléias - uma outra forma é "silenciada". Esta fórmula política inicial teria encontrado lugar na Argentina entre os anos 1943 e 1983, sendo caracterizada centralmente pelo uso da violência como recurso político, corroborando as ponderações de Dellasoppa (1998).

Entretanto, podemos retomar essa questão por outra ótica, formulando uma hipótese diferente, não excludente nem incompatível com a primeira. É possível supor que as pessoas reconstroem esse passado enquadrando-o precisamente no ponto mais alto do uso da violência, quer dizer, na dinâmica de organizações político-militares e na política das Forças Armadas e setores aliados que afirmaram a "necessidade de aniquilamento do inimigo" (DELLASOPPA, 1998: 28). Neste sentido, o enquadramento poderia estar vinculado ao trabalho das organizações de direitos humanos e suas práticas para ancorar a memória, estabelecendo um recorte temporal relativo ao período em que o elemento central da dinâmica social rechaçada, a violência, atingiu seus mais massacrantes limites.

Neste sentido, concordamos com Catela (2001) quando afirma que as contribuições das organizações de familiares e *compañeros* concretizaram-se na reinvenção de formas e espaços de política, possibilitando que suas experiências fossem socializadas. O momento que atualmente vivemos é percebido no seu trabalho como "um momento de transmissão e consolidação de memórias, disputas e lutas" (CATELA, 2001: 37). Portanto, consideramos que as ações desenvolvidas pelas Assembléias, em geral, junto a organizações de direitos humanos, contribuem nesse momento com a (re)escritura da história.

Do trabalho *sobre* e *com* memória, empreendido pelas Assembléias de Bairro pesquisadas, destacamos a relevância de recuperar a memória coletiva vinculada ao lugar de pertencimento como forma de reconstruir os laços sociais; a criação de oportunidades de reflexão a respeito das experiências à luz das expectativas de futuro, e a função da memória para a elaboração de projetos. As diferentes ações das/os assembleístas revelam e materializam pontos de disputa entre a memória coletiva nacional (ou memória oficial) e as memórias subterrâneas. Segundo Pollak (1989), as memórias subterrâneas podem trabalhar no silêncio e de forma quase imperceptível, mas afloram em momentos de crise.

Finalmente, os exemplos de construção de lugares de memória apresentados constituem referências do coletivo para si mesmo e para os/as novos/as participantes. Mas, além de possibilitar um lugar que permite enraizar a memória das pessoas participantes da Assembléia, de moradores/as do bairro e de qualquer um passante, o mural dá uma imagem de si mesmo para o coletivo e do seu lugar na história. Assim, pode-se afirmar que as Assembléias são uma espécie de “oficina da história”, construída pelos sujeitos que experimentaram as consequências da ditadura militar e da crise atual. Neste sentido, a memória é elemento constituinte da identidade, entendida como continuidade e coerência na reconstrução dos sujeitos, no processo de resistência social.

BIBLIOGRAFIA

- ASAMBLEA DE PALERMO VIEJO. *Un 19 de diciembre hace dos años...* Buenos Aires: texto mimeo, 2003.
- AYERBE, L. *Neoliberalismo e política externa na América Latina: uma análise a partir da experiência argentina recente*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BOGADO, A. *Assembléias de Bairro na Argentina: criando espaços de ação política para reconstruir o tecido social*. Dissertação (mestrado), São Carlos: UFSCar, 2006.
- BRIEGER, P. Les assemblées des voisins, une expérience inédite dans la politique. In: AAVV. *Argentine, enjeux et racines d'une société en crise*. Paris: Tiempo Ed/Éditions du Félin, 2003.
- CALDERÓN, F. & JELIN, E. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina, perspectivas e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 2, Nº 5, out. 1987, p. 67-85.
- CALVEIRO, P. Los usos políticos de la memoria. In: CAETANO, G. (comp.) *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, p. 359-382.
- CATELA, L. *Situação-limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecido da Argentina*. São Paulo: HUCITEC e ANPOCS, 2001.
- DELLASOPPA, E. *Ao inimigo nem justiça: violência política na Argentina 1943-1983*. São Paulo: HUCITEC/USP, 1998.
- GIARRACCA, N. De las fincas y las casas a las rutas y las plazas: las protestas y las organizaciones sociales en la Argentina de los mundos “rurbanos”. Una mirada desde América Latina. *Sociologías*, Porto Alegre, ano 5, Nº 10, jul/dez 2003, p.250-283.
- IÑIGO CARRERA, N. & COTARELO, M. Génesis y desarrollo de la insurrección espontánea de diciembre de 2001 en Argentina. In: CAETANO, G. (comp.). *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006, p. 49-92.
- JELIN, E. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- LINZ, J. e STEPAN, A. *A transição da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

- LOBATO, M. & SURIANO, J. *La protesta social en la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.
- MINUJÍN, A. (org.). *Cuesta Abajo: los nuevos pobres: efectos de la crisis en la sociedad argentina*. Buenos Aires: UNICEF & Losada, 1995.
- MIRA, J. & JUÁREZ ALDAZÁBAL, C. *Reconstruir el tejido social*. La Trama de Palermo Viejo. Buenos Aires: Corregidor, 2003.
- NORA, P. Entre memória e história: A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v.10, 1993.
- PÉREZ ESQUIVEL, L. Cuando las cacerolas sonaron contra el neoliberalismo. Notas sobre las asambleas barriales. In: GURBANOV, J. (ed.) *Qué son las Asambleas Populares*. Buenos Aires: Peña Lillo e Ediciones Continente, 2002, p.56-68.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, 1989, p.3-15.
- POLLAK, M.. Memória e identidade. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.5, Nº 10, 1992, p.200-215.
- RAJCHENBERG, E. La rebelión de la memoria. Entrevista con Mauricio Fernández Pícolo. *Chiapas*, México D.F., Nº 13, 2002, p.75-86.
- VELHO, GILBERTO. *Projeto emMetamorfose*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

